

**“Ao vencedor, as batatas”:** *Quincas Borba* e a crise política do Segundo Reinado

Rogério de Nazareth Soares (UFES)\*  
ORCID 0000-0002-3567-7236

**Resumo:** Este trabalho busca discutir as referências à crise política do Segundo Reinado feitas por Machado de Assis em *Quincas Borba*. No romance em questão, serão apresentados dois personagens políticos – João de Souza Camacho e Teófilo – além de Rubião, que simboliza o processo de decadência do Império Brasileiro. Nesse sentido, é possível fazer uma leitura do processo que tomou conta do parlamento brasileiro em 1868, quando Dom Pedro II dissolveu a Câmara de Deputados. Outrossim, é importante frisar que o tempo da trama machadiana se situa entre os anos de 1867 e 1871, anos determinantes para o colapso da monarquia brasileira.

**Palavras-chave:** Machado de Assis; *Quincas Borba*; aspecto político brasileiro do Segundo Reinado; alegoria

**Abstract:** This paper seeks to discuss the references to the political crisis of the Second Reign made by Machado de Assis in *Quincas Borba*. In the novel in question, two political characters will be presented - João de Souza Camacho and Teófilo- in addition to Rubião, who symbolizes the decadence process of the Brazilian Empire. In this sense, it is possible to read the process that took over the Brazilian parliament in 1868, when Dom Pedro II dissolved the Chamber of Deputies. Furthermore, it is important to emphasize that the time of the Machado de Assis plot is between the years 1867 and 1871, years that were decisive for the collapse of the Brazilian monarchy.

**Keywords:** Machado de Assis. *Quincas Borba*; Brazilian political aspect of the 2nd Reign; allegory

**Resumen:** Este trabajo busca discutir las referencias a la crisis política del Segundo Reinado que hace Machado de Assis en *Quincas Borba*. En la novela en cuestión hay dos personajes políticos, João de Souza Camacho y Teófilo, además de Rubião, que simboliza el proceso de decadencia del Imperio brasileño. En este sentido es posible leer el proceso que tomó el parlamento brasileño en 1868, cuando Don Pedro II disolvió la Cámara de Diputados. Además, es importante destacar que el momento del complot de Machado se sitúa entre los años 1867 y 1871, años que fueron decisivos para el derrumbe de la monarquía brasileña.

**Palabras-clave:** Machado de Assis; *Quincas Borba*; aspecto político del Segundo Imperio brasileño; alegoría

Recebido em: 18 jul. 2021

| Aprovado em: 30 nov. 2021

---

\* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Apoio: Capes. E-mail: rogeriossoares@gmail.com.

Foi o que aconteceu, depois da última vez que estive aqui. Há dias, pegando numa folha da manhã, li uma lista de candidaturas para deputados por Minas, com seus comentários e prognósticos. Chego a um dos distritos, não me lembra qual, nem o nome da pessoa, e que hei de ler? Que o candidato era apresentado pelos três partidos, liberal, conservador e republicano.<sup>1</sup>

Machado de Assis.

Este artigo busca apontar em alguns trechos de *Quincas Borba*, de Machado de Assis, o momento político delicado do final da década de 1860 do século XIX. Nesse contexto, é importante ressaltar uma espécie de aprofundamento da crise política que levará o Império brasileiro ao seu colapso total. Diante disso, Machado de Assis, ao compor as edições de *Quincas Borba*, tanto na edição folhetinesca, publicada na revista *A Estação*, a partir de 1886, como na versão final em livro, a de 1891, buscou chamar atenção para esse momento da sociedade brasileira, no que tange à organização-desorganização/confusão política do 2º Reinado. Em *Machado de Assis: ficção e história*, John Gledson (1986) já trabalhava a perspectiva da preocupação do escritor carioca em apontar no seu segundo romance da fase adulta: um aspecto político, econômico e social. Assim, apresentarei como isso se desenvolve tanto no plano histórico como no ficcional.

Em análise sobre *Quincas Borba*, Gledson discorre da seguinte forma:

Os historiadores concordam em geral que os anos durante os quais transcorre a ação de *Quincas Borba* foram decisivos para a História do Brasil.<sup>2</sup> Eles podem divergir na ênfase que dão às dimensões políticas, econômicas, sociais ou intelectuais da mudança – e até mesmo divergir quanto a data precisa, no espaço desses poucos anos, que marca o ponto decisivo dessa transformação, cuja importância, porém está fora de questão: A Guerra do Paraguai, que se prolongou até o início de 1870, e a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, são talvez acontecimentos mais evidentes, mas também se poderia mencionar a mudança de governo, em 1868, quando o Imperador, face a uma Câmara de Deputados dominada pelo Partido Liberal, impôs o velho líder do Partido Conservador, o Visconde de Itaboraí, como Presidente do Conselho, acontecimento chamado na hora de “estelionato” e posteriormente de golpe de estado. Com relação a este fato, Sérgio Buarque de Holanda, autor da melhor explicação do que ocorreu nesses anos, considera-o o começo do fim do Império, na medida em que conduziu diretamente à fundação do Partido Republicano, dois anos mais tarde. (GLEDSON, 1986, p. 59)

A constituição da estória, paulatinamente, apresenta peripécias no entorno da política. É importante ressaltar que ela aparece abruptamente nas conversas entre os personagens. Ou seja, Pedro Rubião de Alvarenga recebe “amigos” em seu palacete, vai à bailes e, por meio de pequenas pistas, o narrador vai construindo possibilidades para que a

<sup>1</sup> *Crônica de 22/VIII/1889*, publicada em *Bons dias!*

<sup>2</sup> Segundo Gledson: “veja sobretudo, Sérgio Buarque de Holanda, *Do Império à República (História Geral da civilização Brasileira*, II, 5), p. 7-46. E também: Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, p. 445-7; Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II*, Vol. II, p. 161-71; José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil*, p. 76; João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, p. 115-22; Richard Graham, *Britain and the Onset of Modernization in Brazil*, p. 27-36; Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*, p. 172-82.”

temática política seja um objeto de atenção no romance. Basta pensarmos a estória de um ex-professor de Barbacena que se torna herdeiro universal de um finado amigo, se muda do interior de Minas para a Corte, além disso, tem acesso às entranhas dos acontecimentos políticos que marcaram julho de 1868, é explorado por um casal de especuladores, fica louco, pensando que é um político-imperador francês (Luís Napoleão), acaba perdendo toda a fortuna, retorna a Barbacena, onde falece pobre e louco. A política acompanha o desenvolver da história de Pedro Rubião de Alvarenga de forma implícita e explícita.

Para compreender a crise política de 1868, é necessária a contextualização de como se movia a engrenagem dos partidos políticos no parlamento. Primeiramente, cabia ao Imperador, por intermédio do poder Moderador, demitir e nomear gabinetes. Assim, desde os anos de 1850, os partidos Liberal e Conservador mantinham suas bases no governo de uma forma ou de outra, uma espécie de MDB da época. Segundo José Murilo de Carvalho, ressaltando uma possível explicação para as origens da crise política que se abateu na monarquia temos o seguinte:

A origem remota da crise, e portanto, do aparecimento dos radicais localiza-se na política de conciliação promovida pelo Marquês de Paraná a partir de 1853. Desde 1848, o domínio conservador e a exclusão dos liberais tinham sido completos. A experiência política de Paraná, sobretudo a que veio do esforço do apaziguamento da política pernambucana após a derrota da Revolta da Praia, mostrara-lhe que o sistema imperial se sustentava na alternância do poder dos setores hegemônicos, mas conflitantes, da elite. A exclusão permanente de um deles afetava a legitimidade do governo e eventualmente, a do próprio regime. (CARVALHO, 2009, p. 21-22).

De todo modo, era de fundamental interesse tanto do Imperador como dos Deputados de quaisquer que fossem os partidos, permanecer no poder independentemente de sua ideologia política. Diante desse quadro confuso, será organizada a estrutura parlamentar que se manterá no poder custe o que custar. Na realidade, o que tangia a organização/desorganização dos partidos no Brasil era a perspectiva de um “país escravocrata, latifundiário e agrícola” alinhado ao “funcionamento das instituições políticas nacionais [...] bastante precoces” (ARINOS, 1980, p. 323):

Nesse contexto de precariedade, de jogo, a busca pelo poder era evidente, tanto é que não se pode falar de ideologia predominante nesses partidos, por mais que eles tenham diretrizes ideológicas. O que mais se desdobravam no contexto dos partidos “eram frequentes mutações, as alianças, as defecções. O caráter misto dos Ministérios simbolizava as inconstâncias e a insegurança das opiniões partidárias individuais” (ARINOS, 1980, p.38).

É nessa perspectiva de inconstância e incongruência que Machado passa a discutir o aspecto político das bases do governo de Pedro II. O autor de *Dom Casmurro* sempre foi um crítico tenaz da maneira como se constituía a política no Segundo Reinado. E em *Quincas Borba* essa observação se dá a princípio na personagem Dr. Camacho e é finalizada em Teófilo. Desse modo, demarca-se, evidentemente, a situação conflituosa, a ponto de ser tumultuada, no que concerne à catastrófica configuração dos partidos políticos do império, ao dilacerarem os pilares que sustentavam a governabilidade de Dom Pedro II, após a crise de 1868.

## O Caso Camacho

Se há um personagem que exemplifica a política em *Quincas Borba*, este é representado por João de Souza Camacho. Segundo Antenor Nascentes, o nome João indica “agraciado por Deus”, aquele que “Deus favorece, cheio de graça divina” (NASCENTES, 1958, p. 162). Já Souza se dá como “nome de rio e de povoação de Portugal. Cortesão” (NASCENTES, 1958, p. 286). Camacho por sua vez aponta para aquele que “provém da Andaluzia” (NASCENTES, 1958, p. 58). Nesse sentido, ironicamente, o favorecido de graça divina e por Deus é aquele que representará o povo, o cortesão, ou seja, o mais indicado para representá-lo. No entanto, a ironia machadiana faz um percurso contrário, já que o nosso personagem não tem nada de divino. Estamos diante de um personagem que sintetiza o campo político e seus bastidores. É a partir dele que Machado explora a crise de 1868, na medida em que a contextualiza e apresenta como os partidos do império jogam o jogo político.

Camacho ingressa na trama após a referência à sessão tumultuada da Câmara dos Deputados, em que o imperador destituía o ministério liberal de Góis e Vasconcelos, substituindo-o pelo do conservador de Itaboraí. Como foi dito anteriormente, Rubião participava desse momento no parlamento, assistindo ao tumulto que fora a sessão. Camacho aparece no capítulo LIV na casa do ex-professor. Palha, ao vê-lo, fica preocupado e curioso a fim de saber quem era esse senhor que ali estava esperando o dono da residência. Evidentemente que a preocupação era em ter de dividir o capital de Rubião com outra pessoa. Palha tinha consciência de que existiam na Corte várias pessoas que poderiam usurpar facilmente os bens e o capital do novo capitalista da praça. Mas esse capítulo não oferece nenhuma informação sobre Camacho, somente no de número LVII temos a revelação de quem era esse personagem e os possíveis motivos do seu encontro com Pedro de Alvarenga.

“Camacho era homem político” (ASSIS, 1994, p. 54), assim o narrador inicia o parágrafo de apresentação desse novo integrante da trama. Tal período é fundamental para compreendermos o motivo de sua presença em *Quincas Borba*. A afirmativa é muito importante para a análise, porque nos possibilitará conhecer os bastidores da política imperial.

Por intermédio dele, Machado nos mostrará a anatomia da política como “especulação”<sup>3</sup>, ou seja, como os interesses individuais se sobrepujam uns aos outros e causam uma guerra no interior dos partidos e, por extensão, nos tentáculos do governo. Nesse sentido, cabe analisar detalhadamente os momentos cruciais em que Camacho é exposto pelo narrador. A finalidade dessa exposição a partir da pena de Machado é exemplificar e não denunciar os bastidores da política. Cabe ao leitor, portanto, uma análise mais ampla para, assim, refletir e conhecer como é constituído o campo político.

A apresentação desse personagem denota a ambiguidade, a falta de caráter, a volubilidade, a sordidez e o interesse. Por outro lado, é interessante observar as características inerentes à linguagem. Há um certo ornamento vocabular que remonta aos discursos políticos encontrados nas outras obras do autor. O narrador esbanja uma retórica revestida de adjetivos e carisma, a fim de mostrar por meio da linguagem a constituição do político e do seu discurso:

Era a política silogística, a que aludia Nabuco, em que as ideias se escondiam em figuras e tropos, cobrindo algum problema financeiro ou

<sup>3</sup> Definição da política como “especulação”, diferente da de “vocação” exposta por meio da fala de Luís de Melo, na comédia *Desencantos*.

jurídico, problema perdido num país desconhecido ou que não levava suas aspirações aos representantes da nação. Era um estilo enfático e solene, do qual se distinguia a atividade literária corrente e a linguagem do eleitorado ativo, dos cabos eleitorais ou dos intelectuais de aldeia. O lado caricatural dos chavões e frases que afligiam os políticos, oradores e jornalistas partidários, encontra, mais de uma vez em Machado de Assis o lúcido e divertido retratista. Camacho é bem o modelo, não obstante o desprezo que lhe devota o romancista. (FAORO, 2001, p. 182)

Os trechos que se referem a Camacho apresentam uma linguagem predominantemente adjetivada, hiperbólica, entusiasmada, revestida de emoção e retórica. Nesse sentido, vale lembrar o conto “Teoria do medalhão: diálogo”, em que o narrador ensina ao filho como elaborar um discurso político:

Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. *Caveant, consules* é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum*. Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício; seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. [...] De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. (ASSIS, 1994, p. 34)

Ao cotejar as características do discurso do narrador acerca de Camacho e as lições da “Teoria do medalhão”, percebe-se que estamos diante do mesmo fundamento. De certo modo, esse tipo de argumento está submerso nas histórias que envolvem a temática política em Machado de Assis. No caso de *Quincas Borba*, a linguagem define esse personagem. Vejamos um exemplo retirado de *Atalaia*:

Os partidos devem ser unidos e disciplinados. Há quem pretenda (*mirabile dictum!*) que essa disciplina e união não podem ir ao ponto de rejeitar os benefícios que caem das mãos dos adversários. *Risum teneatis!* Quem pode proferir tal blasfêmia sem que lhe tremam as carnes? Mas suponhamos que assim seja, que a oposição possa, uma ou outra vez, fechar os olhos aos desmandos do governo, à postergação das leis, aos excessos da autoridade, à perversidade e aos sofismas. *Quid inde?* Tais casos, — aliás raros, — só podiam ser admitidos quando favorecessem os elementos bons, não os maus. Cada partido tem os seus díscolos e sicofantas. É interesse dos nossos adversários ver-nos afrouxar, a troco da animação dada à parte corrupta do partido. Esta é a verdade; negá-lo é provocar-nos à guerra intestina, isto é, à dilaceração da alma nacional... Mas, não, as idéias não morrem; elas são o lábaro da justiça. Os vendilhões serão expulsos do templo; ficarão os crentes e os puros, os que põem acima dos interesses mesquinhos, locais e passageiros a vitória indefectível dos princípios. Tudo que não for isto ter-nos-á contra si. *Alea jacta est.* (ASSIS, 1994, p. 105)

A linguagem se transmuta no discurso político a fim materializar as características de Camacho. Uma outra peculiaridade é o fato da existência da “metafísica política”,

também exposta em “Teoria do Medalhão”. Ela caracteriza o malabarismo de não dizer nada:

Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; — é mais fácil e mais atraente [...] Um discurso de metafísica política apaixona naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade. (ASSIS, 1994, p. 36)

Assim, a verve linguística vai sendo acoplada ao personagem. Para isso, a fim de compreender o perfil de Camacho, é necessário dissecá-lo:

Camacho era homem político. Formado em direito em 1844, pela Faculdade do Recife, voltara para a província natal, onde começou a advogar; mas a advocacia era um pretexto. Já na academia, escrevera um jornal político, sem partido definido, mas com muitas ideias colhidas aqui e ali, e expostas em estilo meio magro e meio inchado. Pessoa que recolheu esses primeiros frutos de Camacho fez um índice dos seus princípios e aspirações: — ordem pela liberdade, liberdade pela ordem; — a autoridade não pode abusar da lei, sem esbofetear-se a si própria; — a vida dos princípios é a necessidade moral das nações novas como das nações velhas; — dai-me boa política, dar-vos-ei boas finanças (Barão Louis); — mergulhem no Jordão constitucional; — dai passagem aos valentes, homens do poder; eles serão os vossos sustentáculos, etc., etc. (ASSIS, 1994, p. 54-55)

Logo, temos a sua construção gradual na política, as técnicas da persuasão, a volubilidade, desde a elaboração de um jornaleco até a formação da linguagem emotiva e adjetivada, tudo em prol da abstração dos “princípios” como indicado anteriormente na “metafísica política”. O narrador assim a descreve:

Na província natal, essa ordem de ideias teve de ceder a outras; e o mesmo se pode dizer do estilo. Fundou ali um jornal; mas, sendo a política local menos abstrata, Camacho aparou as asas e desceu às nomeações de delegados, às obras provinciais, às gratificações, à luta com a folha adversa, e aos nomes próprios e impróprios. A adjetivação exigiu grande apuro. Nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso, foram os termos obrigados, enquanto atacou o governo; mas, logo que, por uma mudança de presidente, passou a defendê-lo, as qualificações mudaram também: enérgico, ilustrado, justiceiro, fiel aos princípios, verdadeira glória da administração, etc., etc. Esse tiroteio durou três anos. No fim deles, a paixão política dominava a alma do jovem bacharel. (ASSIS, 1994, p. 55)

Em seguida, o narrador expõe o momento em que Camacho fora deputado na década de 1850:

Membro da assembleia provincial, logo depois da Câmara dos Deputados, presidente de uma província de segunda ordem, onde, por natural

mudança do destino, leu nas folhas da oposição todos os nomes que escrevera outrora, nefasto, esbanjador, vergonhoso, perverso, Camacho teve dias grandes e pequenos, andou fora e dentro da Câmara, orou, escreveu, lutou constantemente. Acabou por vir morar na capital do Império. Deputado da conciliação dos partidos, viu governar o Marquês de Paraná, e instou por algumas nomeações, em que foi atendido; mas, se é certo que o marquês lhe pedia conselhos, e usava confiar-lhe os planos que trazia, ninguém podia afirmá-lo, porque ele, em se tratando da própria consideração, mentia sem dificuldade. (ASSIS, 1994, p. 55)

Como deputado, temos uma referência bastante peculiar para a discussão acerca deste político, ou seja, ele “viu governar o Marquês de Paraná<sup>4</sup>, e instou por algumas nomeações, em que foi atendido”. Parece-me que durante o período do Gabinete da Conciliação, Camacho tivera muitas influências junto ao Marquês de Paraná, pois é informado a Rubião que o próprio Honório Hermeto Carneiro lhe pedia conselhos, o que lhe conferia uma amizade com o ministro: “[...] é o grande marquês, meu particular amigo. Tentou conciliar os partidos, e foi por isso que me achei com ele” (ASSIS, 1994, p. 60). Por outro lado, há uma ambiguidade nessa afirmação porque o narrador direciona para a dúvida ao oferecer o argumento de que João de Souza “mentia sem dificuldade”.

Em seguida, o narrador apresenta o interesse dos personagens machadianos que estão no entorno do campo político: o desejo de ser ministro. Camacho fez o que fora possível para conseguir tal posição, e não conseguiu:

O que se pode crer é que queria ser ministro, e trabalhou por obtê-lo. Agregou-se a vários grupos, segundo lhe parecia acertado; na Câmara discorria largamente sobre matérias de administração, acumulava algarismos, artigos de legislação, pedaços de relatório, trechos de autores franceses, embora mal traduzidos. Mas, entre a espiga e a mão, está o muro de que fala o poeta; e por mais que o nosso homem estendesse a mão do seu desejo para colhê-la, a espiga lá ficava do lado oposto, donde a arrancavam outras mãos, mais ou menos sôfregas, ou até descuidadas. (ASSIS, 1994, p. 55)

O narrador afirma ironicamente que, por mais que tentasse ser ministro, o caminho mais difícil se tornava. A metáfora da espiga ao alcance das mãos, que sempre mudava de lugar, às vezes ficando do lado oposto, aponta a dificuldade de se chegar a ela, mesmo se esforçando para alcançá-la e, por ventura, conseguí-la. Por que Camacho não conseguiu alcançar o tão sonhado ministério? De acordo com Raymundo Faoro,

Machado de Assis, preocupado em estilizar a sociedade sem a fidelidade histórica, põe a nu o fenômeno da influência política. Não se poupa a insinuar o estreito gargalo que isso significava, elegendo alguns e repelindo a maioria. Mostra a relação de família, que acabava participando do mecanismo, desvirtuando-o hereditariamente, com a nota de rigidez.

---

<sup>4</sup> Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856) chefiou o Ministério composto de liberais e conservadores, de setembro de 1853 a setembro de 1856. Chamou-se gabinete da Conciliação pelo trabalho do Marquês de Paraná, no sentido de promover a harmonia entre os partidos Liberal e Conservador, que se digladiavam (CARLETTI, 1994, p. 55). Enquanto os conservadores buscavam uma forma mais eficaz de evitar as rebeliões liberais que marcaram os anos de 1840, os liberais, depois das experiências frustradas, buscavam novas estratégias para se aproximar do poder. E foi nesse contexto que assumiu o décimo segundo gabinete do Segundo Reinado, conhecido como o Gabinete da Conciliação (FERRAZ, 2015, p. 834).

Revela, na captação da influência pelo homem pobre e talentoso, as despesas de subserviência, necessárias a lisonjear um chefe. Apresenta, com desencanto o poder do dinheiro, no fim do Império, para a conquista de uma cadeira, cada vez mais acessível aos homens abastados. [...] Amparado na influência, o político começa a sua carreira. O termo é conhecido e certo: o ministério. (FAORO, 2001, p. 120-121)

Desse modo, percebe-se que a influência política não é um fator decisivo para se chegar ao ministério. Camacho jogou o jogo de todas as maneiras, mas foi derrotado no próprio campo de atuação. Todas as suas tentativas foram em vão, e isso reflete a condição presente, e sem nenhum destaque na política na década de 1860, pois

Ninguém que organizasse um gabinete se atrevia, ainda que o desejasse, a dar-lhe uma pasta. Camacho ia-se sentindo cair; para simular influência, tratava familiarmente os poderosos do dia, contava em voz alta as visitas aos ministros e a outras dignidades do Estado. (ASSIS, 1994, p. 55)

“Camacho ia-se sentindo cair”, essa expressão corrobora o seu fracasso. Todos o abandonaram, percebe-se que o ex-deputado tenta simular influências bajulando “os poderosos do dia” e outras “dignidades do Estado”, além de “contar visitas aos ministros”. No entanto, nenhuma oportunidade de fazer parte do governo era materializada. Camacho ia encontrando as suas ruínas no próprio campo de atuação. Segundo John Gledson,

Camacho é um retrato satírico da política tal como existia antes da crise, e acompanhamos o seu fracasso na tentativa de se justificar às novas regras que agora começam a ser postas em prática, quando eventos, como a Guerra do Paraguai (usada por ele como instrumento na sua busca pela reconquista do poder, e não como questão importante em si), ou assuntos como a escravidão, começam a fazer os partidos se movimentarem em direções que ele não pode prever nem manobrar. (GLEDSON, 1986, p. 87)

Assim, Camacho não fazia mais parte do núcleo político. Este trecho é muito sintomático, já que aponta o seu fracasso político, a sua relação com a leitura e o conhecimento – que praticamente inexistia<sup>5</sup> – do momento atual, ou seja, a partir dos anos de 1868:

Não lhe faltava que comer. A família era pequena; mulher, uma filha, que ia nos dezoito anos, um afillhado de nove, e para isso dava a advocacia. Mas trazia a política no sangue; não lia, não cuidava em outra coisa. De literatura, ciências naturais, história, filosofia, artes, não se preocupava absolutamente nada. Também não conhecia grandes coisas de direito; guardava algum do que lhe dera a academia, mais a legislação posterior e práticas forenses. Com isso ia arrazoando e ganhando. (ASSIS, 1994, p. 56)

Por outro lado, temos a participação de Rubião nesse contexto, pois o ex-deputado

---

<sup>5</sup> Machado observa como Camacho é raso em termos de leitura tanto da área do Direito como de literatura, ciências naturais, história, filosofia, artes. Consequentemente, se traçarmos um paralelo com o Brasil contemporâneo, cada vez mais os deputados brasileiros, tanto da esfera federal como estadual, são carentes desse tipo de leitura. Isso acarreta em discussões pautadas no senso comum e, portanto, o jogo das ideias é deixado de lado, sendo substituído pelo obscurantismo e oportunismo.

se valerá do capital do ex-professor para alavancar o jornal político *Atalaia*<sup>6</sup> (que também fracassará), no qual disseminará suas ideias acerca da situação momentânea da crise, além de divulgar os feitos de Pedro de Alvarenga, sobretudo no que concerne ao episódio de Deolindo:

De manhã, na cama, teve um sobressalto. O primeiro jornal que abriu foi a *Atalaia*. Leu o artigo editorial, uma correspondência, e algumas notícias. De repente, deu com o seu nome.

— Que é isto?

Era o seu próprio nome impresso, rutilante, multiplicado, nada menos que uma notícia do caso da Rua da Ajuda. Depois do sobressalto, aborrecimento. Que diacho de ideia aquela de imprimir um fato particular, contado em confiança? Não quis ler nada; desde que percebeu o que era, deitou a folha ao chão, e pegou em outra. Infelizmente, perdera a serenidade, lia por alto, pulava algumas linhas, não entendia outras, ou dava por si no fim de uma coluna sem saber como viera escorregando até ali.

Ao levantar-se, sentou-se na poltrona, ao pé da cama, e pegou da *Atalaia*. Lançou os olhos pela notícia: era mais de uma coluna. Coluna e tanto para coisa tão diminuta! pensou consigo. E a fim de ver como é que Camacho enchera o papel, leu tudo, um pouco às pressas, vexado dos adjetivos e da descrição dramática do caso.

— Foi bem feito! disse em voz alta. Quem me mandou ser linguarudo?

Passou ao banho, vestiu-se, penteou-se, sem esquecer a bisbilhotice da folha, acanhado com a publicação de um negócio, que ele reputava mínimo, e ainda mais pelo encarecimento que lhe dera o escritor, como se tratasse de dizer bem ou mal em política. Ao café, pegou novamente na folha, para ler outras coisas, nomeações do governo, um assassinato em Garanhuns, meteorologia, até que a vista desastrada foi cair na notícia, e leu-a então com pausa. Aqui confessou Rubião que bem podia crer na sinceridade do escritor. O entusiasmo da linguagem explicava-se pela impressão que lhe ficou do fato; tal foi ela que lhe não permitiu ser mais sóbrio. Naturalmente é o que foi. [...]

Rubião interrompeu as reflexões para ler ainda a notícia. Que era bem escrita, era. Trechos havia que releu com muita satisfação. O diabo do homem parecia ter assistido à cena. Que narração! que viveza de estilo! Alguns pontos estavam acrescentados, — confusão de memória, — mas o acréscimo não ficava mal. E certo orgulho que lhe notou ao repetir-lhe o nome? “O nosso amigo, o nosso distintíssimo amigo, o nosso valente amigo...” (ASSIS, 1994, p. 65)

O trecho supracitado é longo, mas fundamental para a análise. Percebe-se mais uma vez o tom entusiasmado a fim de divulgar o feito de Rubião para torná-lo conhecido e assim nas eleições angariar votos. Esse capítulo é uma espécie de propaganda eleitoral, à medida que apresenta aos leitores do *Atalaia* os feitos de uma pessoa que será conduzida a ter pretensões de ser candidato a deputado. Nota-se que Machado de Assis molda o capítulo a fim de apresentar o interesse de Camacho na figura de Rubião como candidato. Há nesse fragmento uma base a ser interrogada: por que a insistência em deixar o tema da

<sup>6</sup>Segundo o dicionário *Houaiss eletrônico da Língua Portuguesa* a palavra “atalaia” remete àquele que vigia e observa, ou seja, uma espécie de sentinela. Desse modo, o jornal subsidiado por Rubião passaria a observar os acontecimentos políticos que estão no seu entorno, e até mesmo vigiá-lo. Um exemplo disso foi o relato enaltecido do caso da Rua da Ajuda, em que o ex-professor salva Deolindo de um atropelamento.

política tão evidente? Aqui há a estratégia, via jornal, de tornar Rubião conhecido pelo seu ato de salvar uma criança. As estratégias discursivas para enaltecê-lo vão de uma linguagem persuasiva e entusiasmada ao acréscimo de coisas que de fato não aconteceram. Há uma intencionalidade por parte do editor em transformar a imagem e o feito de Rubião em algo extraordinário e inédito.

Um outro aspecto inerente à notícia é o de apontar o interesse de Camacho em divulgar e tornar o feito de Rubião conhecido aos leitores de uma forma geral. O advogado usa o acontecimento a fim de lucrar politicamente. Não temos no romance a descrição da notícia, tomamos ciência da mesma pelo crivo do protagonista, que a princípio não gosta e depois acaba aceitando e elogiando o autor do texto. As informações paralelas ao episódio, como o caso das “nomeações do governo, um assassinato em Guaranhuns, a meteorologia” que atabalhoadamente fizeram com que Rubião voltasse a atenção à notícia, constituem uma referência à política na medida em que há uma preocupação em informar as “nomeações do governo”. Ironicamente, as nomeações são alinhadas às questões de violência e condições climáticas. A sutileza em apontá-las em paralelo a circunstâncias costumeiras da sociedade da época reflete uma pista dos bastidores da política.

Quando Rubião enlouquece e os surtos são diários, à medida que o capital vai lhe faltando, consolida-se o fracasso de Camacho:

Este, desde algum tempo, era menos conversado. A mesma política não lhe dava matéria aos discursos de outrora. No escritório quando via Rubião assomar à porta, fazia um gesto de impaciência, que sofrea logo; o outro notava essa mudança, e perdia-se em conjeturas, se lhe escapara alguma ofensa. (ASSIS, 1994, p. 165)

Tendo fracassado na tentativa de Rubião ser deputado, Camacho passa a ignorá-lo, não lhe dando as devidas atenções. No final deste capítulo, Rubião, mesmo sem entender o que se passara com o advogado, se sente culpado pela frieza do amigo:

Vinte minutos se silencia absoluto. No fim desse prazo, Rubião viu-o deixar a pena, retesar o busto, esticar os braços e passar as mãos pelos olhos. Disse-lhe com interesse:

– Cansado, não?

Camacho fez um gesto afirmativo, e preparou para continuar, então o nosso homem levantou-se e aproveitou o intervalo para dizer adeus.

– Voltarei, quando estiver menos atarefado.

Estendeu-lhe a mão; Camacho segurou-lhe ao de leve, e tornou ao papel. Rubião desceu a escada, aturdido, magoado com a frieza do seu ilustre amigo. Que lhe teria feito? (ASSIS, 1994, p. 166)

Assim chegava ao fim o Dr. Camacho. Nada de que tivera a intenção de fazer foi oportunizado. Os tempos de 1871 não são os mesmos da época da Conciliação. Camacho sofre essa mudança, tenta voltar ao terreno político via candidatura e eleição de Rubião, mas nada se concretiza. Nem candidato o ex-professor fora. Assim, segundo Gledson:

Suas intervenções, depois da ruptura de 1889, são relativamente raras e acrescentam pouco à visão que temos dele, embora duas delas sejam importantes. Antes da ruptura e do visível início da loucura de Rubião, ele andou encorajando este último a se tornar deputado por Minas. Depois, evidencia-se (e claro que não existe razão alguma para se supor que Machado jamais imaginasse outra coisa) que a candidatura fracassou. As razões, no entanto, são interessantes. Camacho não goza mais da

confiança dos chefes de seu partido – seu jornal, o Atalaia, é quase forçado a parar de circular. (GLEDSON, 1986, p. 87)

Seis meses se passaram e a última participação de Camacho na trama será uma referência à lei dos ingênuos de 28 de setembro de 1871: “Camacho declarou pela sua folha que a lei dos ingênuos absolvía a esterilidade e os crimes da situação.” (ASSIS, 1994, p. 175). Logo, configura-se o término da participação desse político em *Quincas Borba* também sob o signo da derrota, assim como Rubião<sup>7</sup>.

## O Caso Teófilo

O deputado Teófilo é diferente do ex-deputado José de Souza Camacho. O marido de dona Fernanda era um “bacharel das Alagoas, deputado agora por uma outra província, e segundo corria, prestes a ser ministro de Estado” (ASSIS, 1994, p.112). Essa informação é apresentada no capítulo CXVIII, no contexto do casamento de Maria Benedita e Carlos Maria (Primo de D. Fernanda). O importante a destacar aqui é a questão de Teófilo estar “prestes a ser ministro”. Note-se que esse personagem só será analisado pelo narrador, no final do livro, em seis capítulos consecutivos, isto é, do CLXXII ao CLXXVIII, na circunstância da queda do Ministério de Itaboraí, em setembro de 1870<sup>8</sup>. Até então, não temos informação nenhuma sobre o seu trabalho na Câmara. Parece que a discussão em torno de Teófilo está ligada ao fato de ele estar “prestes a ser ministro”.

Segundo Antenor Nascentes, o nome Teófilo vem do grego “*Theóphilos*, de *theós*, deus, e *philos*, amigo de Deus, o que ama a Deus, amado de Deus” (NASCENTES, 1958, p. 294). Nesse sentido, podemos deduzir que o personagem, ao “estar” encaminhado a fazer parte do novo gabinete ministerial, é o “amigo de Deus”. Do ponto de vista simbólico, Deus poderia ser uma menção à figura do imperador dom Pedro II, uma vez que ele é o soberano e Teófilo fará parte do seu grupo ministerial.

A expectativa após a queda do gabinete era enorme, o curtíssimo capítulo CLXXII, já indica a surpresa que foi a notícia dada por Maria Benedita a Carlos Maria:

— Mas se a queda do Ministério é verdadeira, disse ela, sabe você quem está ministro?

— Quem? perguntou Carlos Maria com os olhos.

— Seu primo Teófilo. Nanã contou-me que ele andava com suas esperanças, e foi por isso que ficou este ano na Corte. Desconfiou, ou já se falava na saída do Ministério; talvez desconfiasse. Não me lembra bem o que ela me disse; mas parece que entra. (ASSIS, 1994, p. 158)

Concomitantemente, explica também o fato de o deputado ter ficado o ano de 1870 na Corte. Certamente o “amigo de Deus” tinha certeza de que o gabinete cairia e de que ele seria um dos novos ministros. Carlos Maria se surpreende e exclama:

<sup>7</sup> É importante ressaltar que o curto capítulo CXCII contextualiza a situação da corte em 1871 após seis meses. Já estamos pós-Lei do Ventre Livre. O capítulo apresenta o final dos personagens. Informa “a morte do noivo de D. Tonica, três dias antes de se casar”; “Teófilo, que merecera do novo gabinete a mesma confiança do antigo, teve parte copiosa nos debates na sessão parlamentar”; “Sofia inaugurou os seus salões de Botafogo, com um baile, que foi o mais célebre do tempo” (ASSIS, 1994, p. 176). O capítulo seguinte (CXCIII) já noticia que Rubião foge da clínica, indo para Barbacena.

<sup>8</sup> O Ministério Itaboraí caiu em setembro de 1870 por sua posição contrária à abolição, gradual ou não, da escravidão. Foi substituído pelo gabinete chefiado por José Antônio Pimenta Bueno (183-1878), Marquês de São Vicente, um conservador comprometido com a Lei do Ventre Livre. (CARLETTI, 1994, p. 160).

- Com quê, o Teófilo está ministro! exclamou Carlos Maria. E, depois de um instante:
- Creio que dará um bom ministro. Você queria ver-me também ministro?
- Se você gostasse, que remédio?
- De maneira que, por teu voto, não o era? perguntou Carlos Maria.
- Que hei de responder? pensou ela, escutando o rosto do marido. Ele, rindo:
- Confessa que me adorarias, ainda que eu fosse uma simples ordenança de ministro. (ASSIS, 1994, p. 158)

O aspecto fundamental do trecho supracitado é a certeza: “Teófilo está ministro”. A impressão que se dá é que tudo já estava organizado. Porém, uma surpresa aconteceu e o golpe foi doloroso. A ideia de que ele seria ministro o seduziu bastante. Tanto é que não esperava o baque ao ver que o seu nome não estava na lista dos prováveis ocupantes do novo gabinete. Realmente seria uma surpresa, para ele:

Teófilo mordia os beiços, puxando uma das suíças. Não ouvira nada do que a mulher dissera, nem exortações nem consolações. Ouvira as conversas da noite anterior e daquela manhã, as combinações políticas, os nomes lembrados, os recusados e os aceitos. Nenhuma combinação o incluiu, posto que ele fava com muita gente acerca do verdadeiro aspecto da situação. Era ouvido com atenção por uns, com impaciência por outros. [...] Teófilo recompunha agora a agitação de tantas horas e lugares – lembrava os que o olhavam de esguelha, os que sorriam, os que traziam a mesma cara que ele. Para o fim já não falava; as últimas esperanças estalavam-lhe nos olhos como lamparina de madrugada. Ouvira os nomes dos ministros, fora obrigado a achá-los bons; mas que força não lhe era precisa para articular alguma palavra! Receava que lhe descobrissem o abatimento ou despeito, e todos os seus esforços concluíam por acentuá-los ainda mais. Empalidecia, tremiam-lhe os dedos. (ASSIS, 1994, p. 160)

O deputado parece não compreender o que acontecera. Tinha como certa a nomeação. A ira toma conta do seu ser. No diálogo com a esposa observa-se a raiva sentida por ele:

- Anda, vamos jantar, repetiu D. Fernanda.
- Teófilo deu um golpe no joelho, com a mão aberta, e levantou-se, dizendo palavras soltas e raivosas, andando de um lado para outro, batendo o pé, ameaçando. D. Fernanda não pôde vencer a violência daquele novo acesso, esperou que fosse curto, e foi curto; Teófilo chegou-se a uma poltrona, sacudiu a cabeça e caiu outra vez prostrado. D. Fernanda pegou de uma cadeira e sentou-se ao pé dele.
- Tens razão, Teófilo; mas é preciso ser homem. És moço e forte, tens ainda futuro, e talvez grande futuro. Quem sabe se, entrando agora no Ministério, não perderias mais tarde? Entrarás em outro. Às vezes, o que parece desgraça é felicidade.
- Teófilo apertou-lhe a mão agradecido.
- **É perfídia, é intriga, murmurava ele, olhando para ela; eu conheço toda essa canalha. Se eu contasse a você tudo, tudo... Mas**

**para quê? Prefiro esquecer...**<sup>9</sup> Não é por causa de uma miserável pasta que estou aborrecido, continuou ele depois de alguns instantes. Pastas não valem nada. Quem sabe trabalhar e tem talento pode zombar das pastas, e mostrar que é superior a elas. A maior parte dessa gente, Nana, não me chega aos calcanhares. Disso estou certo e eles também. Súcia de intrigantes! Onde acharão mais sinceridade, mais fidelidade, mais ardor para a luta? Quem trabalhou mais na imprensa, no tempo do ostracismo? Desculpam-se; dizem que os gabinetes já vêm organizados de São Cristóvão... Ah! eu quisera falar ao imperador!

— Teófilo!

— Eu diria ao imperador: "Senhor, Vossa Majestade não sabe o que é essa política de corredores, esses arranjos de camarilha. Vossa Majestade quer que os melhores trabalhem nos seus conselhos, mas os medíocres é que se arranjam... O merecimento fica para o lado." É o que lhe hei de dizer um dia; pode ser até que amanhã... (ASSIS, 1994, p. 160-161)

As críticas de Teófilo são relacionadas ao fato de ele trabalhar sério no campo político, e não ter seu trabalho como elemento diferencial para a escolha do ministério. Ou seja, estamos diante da questão do merecimento<sup>10</sup>. Mesmo qualificado e esforçado, ele não foi escolhido para ser ministro. De certo, o fato de trabalhar (ou não) não é um aspecto determinante para exercer um determinado cargo no tecido parlamentar. As influências e o capital político de cada membro contam muito para tal exercício. Desse modo, a raiva de Teófilo é simbolizada mais pela frustração do que pelo próprio ato de denunciar. Ao dizer que “Os gabinetes já vêm formados de São Cristóvão” e que “Vossa Majestade não sabe o que é essa política de corredores, esses arranjos de camarilha. Vossa Majestade quer que os melhores trabalhem nos seus conselhos, mas os medíocres é que se arranjam... O merecimento fica para o lado”, mostra-se a indignação do sujeito diante de um ambiente contaminado pelas influências. Mesmo diante de tal denúncia, ao citar o monarca, é improvável que dom Pedro II não compreendesse tais articulações. É óbvio que ele sabia como as nomeações eram articuladas, sobretudo, ele as legitimava fazendo parte desse esquema apontado por Teófilo.

Analisar a índole do deputado é impreciso, porque não temos muitas referências. Sabemos que ele é um homem fechado e sério, de pouca conversa, leitor comprometido com a vida política e com o seu compromisso enquanto parlamentar. Não me arrisco a dizer que Teófilo encara a política como vocação<sup>11</sup>, porque, mesmo estando preparado para ela e, acima de tudo, trabalhando dedicadamente, falta-lhe um elemento fundamental: empatia. Um exemplo disso é quando D. Fernanda pede para que o marido entrasse em contato com a polícia acerca da fuga de Rubião da clínica:

D. Fernanda ficou consternada; alcançou do marido que escrevesse ao chefe de polícia e ao ministro da Justiça, pedindo-lhes que ordenassem as mais severas pesquisas. Teófilo não tinha o menor interesse no achado nem na cura de Rubião; mas quis servir a mulher, cuja bondade conhecia, e, por ventura, gostava de cartear-se com os homens da alta administração. (ASSIS, 1994, p. 176)

<sup>9</sup> Grifo meu. As críticas de Teófilo vão ao encontro das mesmas questões denunciadas por Camacho, pelo personagem demitido no velório de Freitas acerca dos bastidores da política. Teófilo evidentemente é diferente de Camacho, mas está no mesmo jogo que o ex-deputado. O interessante a se refletir é que ambos sabem as peripécias do campo político e quando criticam é quando as jogadas não lhes são favoráveis.

<sup>10</sup> Já observamos que a sociedade não valoriza muito o merecimento, daí o realismo de Machado demonstrar o desprezo pelo mérito.

<sup>11</sup> Refiro-me à fala de Luís de Melo em relação à política, na comédia *Desencantos*.

Teófilo não o faz porque se solidariza com Rubião, mas por causa da mulher, “cuja bondade conhecia” e fundamentalmente para dispor de um assunto a fim de escrever para “os homens da alta administração”. De certa maneira, o deputado só pensa em si mesmo e no seu objetivo maior: ser ministro.

De acordo com Raymundo Faoro, trata-se de um homem entra na política a fim de um dia chegar a ser ministro. Segundo o jurista, o árduo trabalho para chegar ao ministério e ocupar um gabinete ministerial é inútil. Pois os personagens políticos de Machado não receberão este troféu. Para o crítico,

O mundo desmorona diante da cadeira ministerial, não ocupada por Teófilos, Broteros, Lobo Neves e Camachos. Haverá é certo, nessas frustrações, mais que um encoberto castigo à ambição. Observamos que a mesma sanção não atinge os enriquecidos, os homens que se elevaram acima do seu meio por força do dinheiro amealhado ou ganho finamente com tramadas. A desilusão é especificamente política: o ministério está fora do alcance dos políticos da obra de ficção de Machado de Assis, da mesma forma que nenhum dos seus personagens se eleva acima do baronato.” (FAORO, 2001, p. 129)

No entanto, cabe uma observação mais particular. Ele é diferente de Camacho em alguns quesitos, principalmente no que concerne ao trabalho propriamente dito. A vida do marido de D. Fernanda é sintetizada na política:

Tudo ali respirava atenção, cuidado, trabalho assíduo, metucioso e útil. Da parede, em ganchos, pendiam os jornais da semana, que eram depois tirados, guardados e finalmente encadernados semestralmente, para consultas. Os discursos do deputado, impressos e brochados in-quarto enfileiravam-se em uma estante. Nenhum outro busto, adereço, nada para recrear, nada para admirar; – tudo seco, exato, administrativo.  
– De que vale tudo isto? – perguntou Teófilo à mulher, após alguns instantes de contemplação triste. – Horas cansadas, longas horas da noite até madrugada, às vezes... Não se dirá que este gabinete é de homem vadio; aqui trabalha-se. Você é testemunha que eu trabalho. Tudo para quê? (ASSIS, 1994, p. 161)

A maior insatisfação está no fato de ele ter se preparado para ser ministro e não conseguir alcançar essa meta. Ou seja, após chegar ao posto de deputado, Teófilo fez de tudo para alcançar o ministério, afinal ele “estava prestes a ser ministro”. O deputado e D. Fernanda se empenharam nesta empreitada, desde quando chegaram à trama no contexto do casamento de Carlos Maria e Maria Benedita, no contexto da Comissão de Alagoas. Se por um lado, Teófilo é um homem sisudo e fechado, D. Fernanda articula politicamente a vida do marido:

— Consola-te trabalhando, murmurou ela.  
Ele, acerbo:  
— Ruim consolação! Não, não, acabo com isto, passo a ignorar tudo. Olha, na Câmara, todos me consultam, até os ministros — porque sabem que eu aplico-me deveras às coisas da administração. Que prêmio? Vir para cá, em maio, aplaudir os novos senhores?  
— Pois não aplaudas nada, disse-lhe mansamente a mulher. Queres fazer-me um obséquio? Vamos à Europa, em março ou abril, e voltemos

daqui a um ano. Pede licença à Câmara, donde quer que estejamos, — de Varsóvia, por exemplo; tenho muita vontade de ir a Varsóvia, continuou sorrindo e fechando-lhe graciosamente a cara entre as mãos. Diga que sim; responda que é para eu escrever hoje mesmo para o Rio Grande, o vapor sai amanhã. Está dito; vamos a Varsóvia? (ASSIS, 1994, p. 162)

A casamenteira e articuladora política de Teófilo pensa em tirar o deputado do foco de intrigas junto ao governo e busca acalmá-lo fazendo uma viagem. D. Fernanda sabe que o marido, embora não tivesse sido escolhido para a cadeira ministerial, deveria continuar engajado nesta luta até que surgisse uma nova possibilidade de ser nomeado como ministro em outro gabinete. Tanto a esposa como o deputado sabiam que os gabinetes eram efêmeros, logo, era necessário continuar jogando a fim de conseguir atingir esta meta de vida.

A crise existencial que se abate sobre Teófilo é resultado da consciência do merecimento. No entanto, Machado, a partir do caso do deputado, oferece uma discussão acerca da falsa virtude do trabalho no campo político. Não adianta somente o labor para alcançar uma carreira de *status* dentro do universo da vida ministerial. O problema está na maneira como o marido de d. Fernanda joga o jogo político, ou seja, o de focar na virtude profissional. Todavia, os cargos de gabinete são muitas vezes escolhidos por meio de conchavos feitos sob o prisma da influência daqueles que estão mais próximos do Imperador.

Mesmo assim, nada está perdido. Como disse, os gabinetes são efêmeros. Resta a esperança de que no próximo momento ministerial ele possa ser ministro. A dor da perda de alguma coisa que era tida como óbvia, alcança um momento de reflexão por parte do político:

E um sentimento vago de esperança restituía à voz do deputado a brandura que perdera naquela grande crise moral. Os papéis sopravam-lhe ânimo. Toda aquela massa de estudos aparecia-lhe como a terra adubada e semeada aos olhos do lavrador. Não tardaria a grelar; o trabalho teria a recompensa; um dia, mais tarde ou mais cedo, o grelo brotaria e a árvore daria frutos. Era justamente o que a mulher havia dito por outras palavras diretas e próprias; mas só agora é que ele via a possibilidade da colheita. Lembrou-se das explosões de cólera, de indignação, de desespero, das queixas de há pouco, ficou vexado. Quis rir, fê-lo mal. Ao jantar e ao café entreteve-se com os filhos, que naquela noite recolheram-se mais tarde. Nuno, que já andava no colégio, onde ouvira falar da mudança de gabinete, disse ao pai que queria ser ministro. Teófilo ficou sério. (ASSIS, 1994, p. 162)

A resposta a Nuno é séria e desalentadora, porque reflete de forma consciente a impossibilidade de, mesmo trabalhando para tal finalidade, alcançar o troféu da vida política. Certamente, Teófilo não quer que o filho passe pelas mesmas tribulações e, acima de tudo, que o garoto não tenha frustrações esperando uma coisa que não depende unicamente dele, pois, como foi dito anteriormente, não são o mérito e a excelência que fazem alguém um Ministro de Estado:

— Meu filho, disse ele, escolhe outra coisa, menos ministro.  
 — Diz que é bonito, papai; diz que anda de carro com soldado atrás.  
 — Pois eu te dou um carro.  
 — Papai já foi ministro?

Teófilo tentou sorrir e olhou para a mulher, que aproveitou a ocasião

para mandar deitar os filhos.

— Já, já fui ministro, respondeu o pai beijando a testa ao Nuno; mas não quero mais, é muito feio, dá trabalho. Tu hás de ser capelão.

— Que é capelão?

— Capelão é cama, respondeu D. Fernanda; vai dormir, Nuno. (ASSIS, 1994, p. 163)

Percebe-se que Teófilo prefere mentir a ter que revelar o seu fracasso. É melhor que Nuno seja capelão do que ingressar num campo tão complexo quanto o da política, em que a virtude do mérito não é levada em consideração na escolha das cadeiras ministeriais. A dor do fracasso permanece em Teófilo. Entretanto, no dia seguinte este recebe uma carta do Presidente do Conselho<sup>12</sup> e a chama da esperança é reacendida. Era um pedido para uma conversa. O assunto não fora revelado na carta. D. Fernanda orienta o marido a ir à reunião a fim de ouvir o que tinha a lhe dizer o Primeiro-Ministro.

É nesse contexto que percebemos a aflição da esposa ao esperar os desdobramentos da reunião. A participação de D. Fernanda na construção da vida parlamentar do “amigo de Deus” é de fundamental importância. Embora a análise seja em torno do deputado, não podemos ausentar a principal articuladora do marido.

A impressão que temos é de que ela atua subterraneamente no trabalho do esposo enquanto político. É ela que articula e pensa os feitos do marido para alcançar os troféus, dentre os quais o maior deles é a carreira ministerial. Se Teófilo fracassou, significa que as estratégias da casamenteira também foram frustradas. Por isso, o narrador mostra o quão ansiosa ela fica a esperar os desdobramentos do assunto da conversa entre o marido e o Presidente do Conselho. Logo em seguida, o diálogo entre ambos acerca da nova oportunidade marca a recuperação da esperança do casal em relação ao ministério:

D. Fernanda esperou, cheia de ânsias, como se o Ministério fosse para ela, e lhe viesse dar qualquer gosto, que não fosse amargo e complicado. Uma vez, porém, que satisfizesse o marido, tudo iria pelo melhor. Teófilo tornou às cinco horas e meia. Pelo aspecto reconheceu que vinha satisfeito. Correu a apertar-lhe as mãos.

— Que há?

— Pobre Nanã! Aí vamos com a trouxa às costas. O marquês pediu-me instantemente que aceitasse uma presidência de primeira ordem. Não podendo meter-me no gabinete, onde tinha lugar marcado, desejava, queria e pedia que eu partilhasse a responsabilidade política e administrativa do governo, assumindo uma presidência. Não podia, em nenhum caso, dispensar o meu prestígio (são palavras dele), e espera que na Câmara assumo o lugar de chefe da maioria. Que dizes?

— Que arranjemos a trouxa, respondeu D. Fernanda.

— Achas que podia recusar?

— Não.

— Não podia. Você sabe, não se podem negar serviços destes a um governo amigo; ou então deixa-se a política. Tratou-me muito bem o marquês; eu já sabia que era homem superior; mas que risonho e afável! não imaginas. Quer também que compareça a uma reunião, os ministros e alguns amigos, poucos, meia dúzia. Confiou-me já o programa do gabinete, em reserva...

— Quando saímos?

<sup>12</sup> O Presidente do Conselho de Ministros (Cargo criado em 1847) seria uma espécie de Primeiro-Ministro nos atuais sistemas parlamentares.

— Não sei; hei de estar com ele amanhã, à noite. A reunião é amanhã às oito horas... Mas não te parece que fiz bem, aceitando?

— Decerto.

— Sim; se recusasse censurar-me-iam, e com razão. Em política, a primeira coisa que se perde é a liberdade. Agora você é que se quisesse, podia ficar; daqui a cinco meses, — ou quatro, — abrem-se as Câmaras; mal terei tempo de chegar e olhar. (ASSIS, 1994, p. 166)

O que pode ser compreendido do capítulo acima é a participação literal de D. Fernanda na decisão do marido. É ela que decide e sofre angustiada pelo conteúdo da conversa do esposo com o representante do governo.

É importante ressaltar a maneira que D. Fernanda (Cap. CXVIII) e Teófilo (CXIX<sup>13</sup>) iniciam suas participações na trama. O contexto a ser lembrado é o da Comissão das Alagoas, em que a gaúcha conhece Sofia. Nesse sentido, da mesma forma que a casamenteira acatou que Carlos Maria se casasse com Maria Benedita (Filha de uma fazendeira falida) e desbancasse Sonora (filha de um rico estancieiro de Pelotas), indica também que ela atua sofisticadamente nas entranhas do jogo político, ao estabelecer o privilégio de Carlos Maria na escolha de Maria Benedita para concentrar as forças políticas de Teófilo na corte e não em uma província.

Se analisarmos tal situação, a partir da abordagem de Gledson, há um princípio de interesse político submerso nesta decisão: — “Seja qual for o mistério” — pensou um dia D. Fernanda —, “acho que o melhor é casá-la com Carlos Maria; a Sonora que espere” (ASSIS, 1994, p. 114). No entanto, diferente da análise do crítico inglês, o fato de D. Fernanda nada fazer a fim de tentar casar Carlos Maria com Sonora e, de certa maneira, aceitar e arrematar ironicamente a situação pensando “A Sonora que espere.” converge para potencializar todas as forças na Corte a fim de subsidiar a preparação do deputado Teófilo para a cadeira ministerial, pois lá ele será mais forte politicamente. Tanto é que eles passam a morar no Rio de Janeiro.

Percebe-se, assim, que D. Fernanda é uma espécie de mediação no caminho político de Teófilo, da mesma forma que a loucura é uma mediação entre a megalomania e a decadência de Rubião. Por mais que o marido se frustrasse pelo fato de o merecimento não fazer jus à escolha de ministros, para ela, participar do jogo político é fundamental. Desse modo, o capítulo CLXXVIII apresenta a certeza e o otimismo da gaúcha nos bastidores da viagem do deputado para presidir uma província. Outrossim, percebemos como Teófilo observa o seu local de trabalho num sentimento norteadado entre o fracasso e a esperança, enquanto a mulher “não viveu ali mais que os dez minutos de despedida” além de se sentir “venturosa” por uma nova oportunidade alcançada na vida do deputado:

D. Fernanda anuiu à proposta; não interrompia a educação do filho; era uma separação de quatro meses. Teófilo partiu daí a dias. Na manhã do dia do embarque, logo cedo, foi despedir-se do gabinete de trabalho. Deitou os últimos olhos aos livros, relatórios, orçamentos, manuscritos, a toda essa parte da família, que só tinha língua e interesse para ele. Havia atado os papéis e os folhetos para que se não extraviassem, e fez à mulher grandes recomendações. Parado no centro, circulou a vista pelas estantes, e dispersou a alma por todas elas.

<sup>13</sup> Embora no capítulo anterior (CXVIII) tenhamos uma referência a ele como deputado: “Sobreveio a epidemia das Alagoas. Sofia organizou a comissão, que trouxe novas relações à família Palha. Incluída entre as senhoras que formavam uma das subcomissões, Maria Benedita trabalhou com todas, mas granjeou em especial a estima de uma delas, D. Fernanda, esposa de um deputado.” (ASSIS, 1994, p. 112)

Despedia-se assim dos seus santos e amigos, com verdadeiras saudades. D. Fernanda, que estava ao pé dele, não viveu ali mais que os dez minutos da despedida. Teófilo viveu muitos anos.

— Deixa estar, eu cuidarei deles, eu mesma os espanarei todos os dias.

Teófilo deu-lhe um beijo... Outra mulher recebê-lo-ia triste, por ver que ele amava tanto os livros que parecia amá-los mais que a ela. Mas D. Fernanda sentiu-se venturosa. (ASSIS, 1994, p. 164-165)

A conclusão da cena é reveladora. Ao ser beijada pelo esposo, ao contrário de outras mulheres, que por ventura poderiam se sentir menos valorizadas em relação ao amor que o marido sentia pelos livros, ela se sente venturosa. Essa sensação de D. Fernanda demonstra a coragem e a certeza de uma mulher que é peça fundamental para o sucesso político do marido.

Uma nova oportunidade surge e é preciso abraçá-la, afinal “vida é luta” (ASSIS, 1994, p. 131). Essa era a fala de Quincas Borba, nas *Memórias póstumas*, ao explicar a vida a Brás Cubas, em um contexto político. O filósofo ainda orienta o defunto autor a fundar um jornal a fim de desmanchar “toda esta igreja”<sup>14</sup> presente nos bastidores da política:

Funda um jornal, disse-me ele e, “desmancha toda esta igreja”.

— Magnífica ideia! Vou fundar um jornal, vou escachá-los, vou...

— Lutar. Podes escachá-los ou não; o essencial é que lutes. Vida é luta. Vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal. (ASSIS, 1994, p. 131)

Esse trecho, embora de outro livro de Machado, é importante porque a primeira ideia de Teófilo ao não ser nomeado ministro é desmascarar o campo político, desmanchando “toda essa igreja”<sup>15</sup>. No entanto, a intervenção de D. Fernanda orienta o esposo a continuar a luta de outra forma, isto é, conservando as regras do jogo. Em outras palavras, continuar e estar inserido na “igreja” é melhor do que romper com ela. Nesse sentido, a ruptura levaria ao ostracismo de Teófilo dos bastidores da política imperial.

Em março de 1871, o Ministério de Pimenta Bueno cai e inicia-se o período do Gabinete do Visconde do Rio Branco. Nesse contexto, D. Fernanda reflete, aspirando a uma nova oportunidade de o marido ser ministro. Note-se que o interesse maior é dela, e não do deputado, que permanece na luta:

— Seis meses, oito meses passam depressa, reflexionou D. Fernanda.

E eles vieram vindo, com os sucessos às costas, — a queda do Ministério, a subida de outro em março, a volta do marido, a discussão da lei dos ingênuos<sup>16</sup> [...]

Teófilo, que merecera do novo gabinete a mesma confiança do antigo, teve parte copiosa nos debates da sessão parlamentar. (ASSIS, 1994, p. 176)

Teófilo fracassa mais uma vez. O narrador somente informa que ele merecera do novo gabinete a mesma confiança do antigo. Além disso, a sua participação na discussão nas sessões da câmara fora uma “parte copiosa nos debates da sessão parlamentar”. Isso

<sup>14</sup> Quincas se refere aos bastidores, conchavos e acordos que norteiam o campo político de forma pejorativa.

<sup>15</sup> É importante ressaltar que Camacho faz de tudo para desmontar a “igreja”. Este segue na íntegra a ideia de Brás Cubas de fundar um jornal. O advogado funda o jornaleco Atalaia, subsidiado financeiramente por Rubião. O ex-deputado critica e denuncia as formas de fazer política no império.

<sup>16</sup> Temos a partir do Gabinete Rio Branco a continuação das discussões acaloradas em torno da Lei do Ventre Livre, que será promulgada em 28 de setembro de 1871.

indica que o fracasso do marido de D. Fernanda permanece e tudo nos dá a entender que a frustração permeará a sua vida. Mas é melhor continuar assim, como deputado, que sofrer o ostracismo de Camacho ao ser excluído do jogo político, ou até mesmo ter o mesmo fim de Rubião, que acabou louco, pobre e morto.

## Rubião e Dom Pedro II

A relação entre Pedro Rubião de Alvarenga e Pedro de Alcântara será desenvolvida a partir dos estudos de John Gledson sobre *Quincas Borba*. É importante salientar que as transformações feitas, conscientemente, por Machado de Assis na versão final em livro, tiveram como objetivo conduzir o trabalho literário a fim de criar, segundo o crítico inglês, uma alegoria da decadência da monarquia brasileira.

A primeira foi a mudança do nome Rubião José de Castro, na versão de 1886, para Pedro Rubião de Alvarenga, na de 1891, o que de certa forma assinala a presença de um segundo imperador na trama. Um detalhe importante é que Rubião “É um nome incomum, cuidadosamente escolhido, como está patente, e sua mais convincente interpretação é a de que se relaciona com o *boom* do café [...] próximo do nome latino do gênero ao qual pertence a planta do café, a *rubiacae*. [...]” (GLEDSON, 1986, p. 72). Já Ruy Perini aponta que o nome do anti-herói “seria um aumentativo de Rúbio, que provém de *rubio* em espanhol, ou seja, aquilo que tem cor parecida com a do ouro, mas que não é o próprio ouro” (PERINI, 2005, p. 47). Numa outra perspectiva onomástica, diferente da de Gledson e de Perini, Wilberth Salgueiro propõe uma leitura *sonora* do nome do protagonista, isto é, entre Rubião e Rubi(c)ão:

Ninguém me tira da cabeça que, além dessa leitura corretíssima de Ruy, Machado não buscou alguma correspondência *sonora* com Rubião, e por extensão tanto com a expressão “atravessar o Rubicão”, quanto com “cão”, já que o fonema /k/ é o único diferente de “Rubião” para “Rubicão”. Sobre o “cão” escondido no nome “Rubi(c)ão” não há necessidade de convencimento. Sobre a expressão referida, vejamos: “A história romana nos conta que César, num de seus grandes momentos na vida, tinha de atravessar o Rubicão. Se o fizesse desencadearia uma guerra civil; e se não atravessasse, não seria um dos maiores imperadores que o império romano conheceu. Decorre, deste fato histórico, que atravessar o Rubicão é pensar grande, ultrapassar fronteiras, defrontar-se com um caminho sempre difícil e desconfortável. César, apesar disso, atravessou o Rubicão.” Qual é um dos delírios de Rubião? Torna(r)-se imperador! Qual é a sua travessia? Da razão para a loucura! Sem querer superinterpretar nomes, dar a eles mais do que podem absorver, não acho louca essa possibilidade. De toda forma, propor essa leitura do nome “Rubião” já é o próprio “atravessar o Rubicão”.<sup>17</sup>

Corroborando o argumento de Salgueiro, é possível apresentar no próprio romance uma referência ao *Rubicon*, pois no capítulo *CX*, temos a seguinte assertiva na voz do Dr. Camacho acerca dos partidos políticos. Vale frisar, aliás, que ele encerra o discurso com a frase latina dita por César ao atravessar o Rubicão:

<sup>17</sup> Opinião exposta por Salgueiro em *Não consulte médico: a loucura na obra de Machado de Assis*, de Ruy Perini, parecer lido na sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado de Ruy Perini, em 2005, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória.

Nessa mesma noite, leu-lhe o artigo em que advertia o partido da conveniência de não ceder às perfídias do poder, apoiando em algumas províncias certa gente corrupta e sem valor. Eis aqui a conclusão: “Os partidos devem ser unidos e disciplinados. Há quem pretenda (*mirabile dictum*<sup>18</sup>) que essa disciplina e união não podem ir ao ponto de rejeitar os benefícios que caem das mãos dos adversários. *Risum teneatis!*<sup>19</sup> Quem pode proferir tal blasfêmia sem que lhe tremam as carnes? Mas suponhamos que assim seja, que a oposição possa, uma ou outra vez, fechar os olhos aos desmandos do governo, à postergação das leis, aos excessos da autoridade, à perversidade aos sofismas. *Quid inde?*<sup>20</sup> Tais casos – aliás, raros – só podiam ser admitidos quando favorecessem os elementos bons, não os maus. Cada partido tem os seus díscolos e sicofantas. É interesse dos nossos adversários ver-nos afrouxar, a troco da animação dada à parte corrupta do partido. Esta é a verdade; negá-lo é provocar-nos à guerra intestina, isto é, à dilaceração da alma nacional... Mas, não, as idéias não morrem; elas são o lábaro da justiça. Os vendilhões serão expulsos do templo, ficarão os crentes e os puros, os que põem acima dos interesses mesquinhos, locais e passageiros a vitória indefectível dos princípios. Tudo que não for isto ter-no-á contra si. *Alea jacta est!*” (ASSIS, 1994, p. 105).

Esse trecho é importante, uma vez que apresenta o núcleo de interesses dos integrantes de um partido. Não há equanimidade nessas facções. Evidentemente, Camacho só faz tal denúncia, porque foi segregado, traído pelo próprio partido. Nesse contexto, é importante lembrar que a construção, organização e legitimação dos partidos políticos no Brasil se deram de uma forma precária. Ademais, os elementos constitutivos dessas facções norteavam latifundiários e escravocratas. Em larga medida, tínhamos uma aristocracia que, para manter seus interesses econômicos, travava uma luta a fim de tomar o exercício do poder tanto na esfera partidária como na parlamentar.

Já em relação ao nome “Pedro”, que lembra o nome do Imperador do Brasil, temos uma série de elementos no universo do protagonista que realçam a sua mania de grandeza. Isso em todos os aspectos, ou seja, desde objetos do lar à própria menção em sua loucura, a um imperador – lembrando que a loucura simboliza a decadência de Rubião. Tais elementos podem sugerir e/ou associar-se a um diálogo com o representante da dinastia de Bragança, pois é comum a um monarca no auge do seu reinado a mania de status e poder, muitas vezes representado por meio dos objetos.

Entretanto, no momento de crise governamental, Dom Pedro II deixa de lado tais elementos relacionados ao luxo e à representação simbólica do poder imperial. Lília Moritz Schwarcz aponta a total decadência do imperador no que tange aos costumes que de certo modo davam uma identidade à monarquia:

O monarca abandonara, também, uma série de rituais. A divisa que escolhera — um P maiúsculo em cor azul, enlaçado por uma fita — completava sua imagem distante, o beija-mão deixara de existir e havia

<sup>18</sup> *Mirabile dictum*: expressão latina que significa “coisa admirável de se dizer” (CARLETTI, 1994, p. 105).

<sup>19</sup> *Risum teneatis!*: expressão latina que significa “Conteis o riso!”. Expressão do poeta romano Horácio (65-8 a.C.), que no original é interrogativa (*Arte poética*, verso 5). (CARLETTI, 1994, p.105).

<sup>20</sup> *Quid inde?*: expressão latina que significa “E daí?”, (CARLETTI, 1994, p.105). CARLETTI, M. Cristina.

<sup>21</sup> *Alea jacta est*: expressão latina que significa “A sorte está lançada”. Expressão atribuída ao imperador romano Júlio César (101-44 a. C.) ao retornar a Roma, de onde fora exilado. Costuma ser empregada ao se tomar uma decisão grave, depois de muita hesitação. (CARLETTI, 1994, p.105).

muito o monarca limitara o uso de trajes majestáticos apenas às ocasiões mais solenes, como a Fala do Trono.

No ano de 1883, Koseritz traria uma visão diversa da corte carioca, com suas insistentes críticas à falta de luxo e de etiqueta. Diferentemente dos relatos de meados do século, que exaltam a pompa e a riqueza do ritual, nesse caso o viajante não perdoa a pobreza da indumentária imperial, a decadência dos palácios — do Paço de São Cristóvão e do Paço da Cidade —, o mau estado das carruagens.

[...] Carruagens velhas e sem douração, uniformes desbotados acompanham um imperador cuja paramentação dá “impressão quase carnavalesca”. Diante de tal espetáculo faltam os “vivas do povo”, que parece não mais se encantar diante da pobre e mundana encenação. O mesmo ocorre com os outrora vistosos paços.

O mais modesto de todos é, decididamente, ainda, o Imperador. Seu velho palácio na cidade é uma barraca [...] Velho, podre, arruinado, maltratado, nunca pintado de novo, ele está ali, em face do cais Pharoux, como um antigo telheiro. É verdade que este chamado Paço da Cidade só muito raramente é utilizado pelo Imperador e sua família, porque ele habita sempre São Cristóvão, mas este último palácio [...] não deve ser muito melhor. Passa-se uma coisa rara, na situação do Imperador: ele não possui nenhuma fortuna pessoal e sua lista civil, já de si insuficiente, vai na maior parte para obras de beneficência, de modo que ele não pode manter nenhuma pompa na corte, nem pode fazer nada para dar brilho às suas residências [...] Sem dúvida isso é muito honroso para o homem, mas contribui pouco para dar o necessário prestígio ao Imperador [...] Ainda mais cômica (e, para um europeu, inconcebível), é a circunstância de que todo o andar térreo da ala interna do palácio imperial está alugado a negociantes, barbeiros etc! Isso não aconteceria ao mais modesto dos príncipes alemães, mas aqui é inevitável, pois as rendas do Imperador são insuficientes para as suas obras de caridade. (SCHWARCZ, 2002, p. 601-604).

Nesse trecho são percebidas as referências às coisas a fim de marcar um deslocamento da perda de status, no que concerne a um processo de decadência da imagem do monarca. As coisas aqui são elementos muito significativos, para evidenciar um paradigma de derrocada. Diante disso, uma parte inusitada é a figura do “barbeiro”, pois é por meio desse personagem, o *barbeiro Lucien*, que faz eclodir a manifestação de uma possível vertigem do protagonista e, de certo modo, é a partir daí que teremos o início da ruptura de sua sanidade mental:

Foi por esse tempo que Rubião pôs em espanto a todos os seus amigos. Na terça-feira seguinte [...] (era então janeiro de 1870) avisou a um barbeiro e cabelereiro da Rua do Ouvidor que o mandasse barbear à casa, no outro dia, às nove horas da manhã. Lá foi um oficial francês, chamado Lucien, que entrou para o gabinete de Rubião, segundo as ordens dadas ao criado. (ASSIS, 1994, p.135)

Esse pequeno trecho ganha importância, uma vez que Machado faz questão de marcar textualmente entre parênteses o ano de incidência da ação. Outro elemento importante: é a primeira vez da manifestação da esquizofrenia, quando, no início do fragmento, aponta-se o “espanto” de todos os amigos do protagonista, e principalmente, de forma sutil, o narrador emaranha o surto esquizofrênico já na chegada de Lucien, identificado como oficial francês. O que daí decorrerá é o momento em que Rubião pede

ao barbeiro para tirar sua barba, deixando apenas um bigode, igual ao de Napoleão III.

No contexto da história do Segundo Reinado, é importante salientar que, do ponto de vista governamental, as crises que culminaram a partir da segunda metade da década de 1860 e se ampliaram potencialmente nos anos de 1870 e 1880 tornaram praticamente impossível a manutenção da monarquia, o que é apontado por Machado de Assis, no início do cap. CXLV. De acordo com Lília Moritz Schwarcz:

Ao descuidar de sua imagem, d. Pedro deixava mais evidentes as fragilidades reais da monarquia, até então vinculada à estabilidade do Estado. Com efeito, não só o “teatro da política” enfraquecia-se; o período era também adverso, e as contradições do Império sobressaíam. Na verdade, as relações entre o Império e a agricultura de exportação nunca foram questionadas. Era ela que gerava 70% das rendas — via impostos de exportação e importação —, o que resultava em um claro compromisso. No entanto, em tal contexto, a política oscilante adotada pelo Estado com relação à abolição provocava tensões no setor agrário. (SCHWARCZ, 2002, p. 626)

Um outro aspecto da decadência do Imperador relaciona-se a sua saúde, ou seja, a questão da anemia e do diabetes. O monarca enfraquecido politicamente, agora se vê também com problemas de saúde. Segundo Lília Moritz Schwarcz “aos 62 anos d. Pedro parecia um velho consumido, marcado por rugas profundas, um olhar perdido e imensa barba branca” (SCHWARCZ, 2002, p. 650). Um outro aspecto a se ressaltar é a questão da loucura. É imprescindível frisar que, embora dom Pedro II não sofresse de tal moléstia, seu neto, Dom Pedro Augusto, sofria de insanidade mental. Evidentemente, as pessoas não são as mesmas, mas o nome “Pedro” é o mesmo, daí mais uma semelhança onomástica sob o símbolo da loucura:

Dizem que o próprio d. Pedro II pensara em preparar a sucessão para seu neto, o príncipe d. Pedro Augusto, que desde a morte da mãe — d. Leopoldina — morava com os avós. O jovem príncipe também se manifestava em tom de sucessor: “Eu digo com meus botões se fosse a cabeça do governo organizaria um novo ministério, dissolveria a Câmara e apelaria para a nação fazendo proclamações em todas as províncias [...] Acho que em certos casos é preciso dar um empurrão para a caixa ir ao porão.

Guarda isso para seu uso, não quero ser coroado de revolucionário [...] Meu desejo maior seria ver meu avô bom. O futuro porém está oculto. Tudo ignora”. Nessa carta, escrita em 16 de fevereiro de 1888, quando acompanhava a convalescença do monarca, em Cannes, o neto de d. Pedro demonstrava não só iniciativa como mais preocupação que o avô com o futuro da nação. No entanto, a “sina dos Bragança”, que acometia boa parte dos herdeiros primogênitos, cairia sobre d. Pedro Augusto, que já nesse ano revelava os primeiros sinais de insanidade mental. O imperador, após mais essa decepção, abandonava seus projetos iniciais de sucessão, aumentando o receio geral de um Terceiro Reinado nas mãos de um estrangeiro. (SCHWARCZ, 2002, p. 653-654).

Dessa forma, é possível apresentar um bom diálogo entre o texto machadiano e os desdobramentos do colapso do Império. Foca-se, portanto, na imagem do processo de decadência não só institucional, mas simbólica, da figura humana de Dom Pedro II, atrelada à decadência de Rubião.

## Conclusão

Busquei associar alguns trechos do *Quincas Borba* ao universo da crise política que demarcou o Império brasileiro a partir de 1868. Apresentei as peripécias de Camacho e Teófilo, a fim de diagnosticar as relações políticas do Império. Logo, tentei fazer uma abordagem comparativa entre o protagonista do romance, Pedro Rubião de Alvarenga e o imperador Dom Pedro de Alcântara, na medida em que apresento as semelhanças entre tais personagens: o da ficção e o da História do Brasil.

E nesse contexto, a loucura pode funcionar como mediação dos desdobramentos históricos do romance. Para mim, a loucura – esquizofrenia – funciona como elemento que define a ruína de Rubião. Por outro lado, a confusão encontrada no núcleo do poder imperial brasileiro, isto é, uma espécie de acordo entre os partidos Liberal e Conservador, contribui para o colapso da monarquia simbolizada por D. Pedro II. Por isso, a perspectiva de Paulo Roberto de Souza Dutra acerca da loucura nessa obra é interessante e válida, pois, segundo o crítico, ela não é exposta como “um objeto de estudo” (DUTRA, 2014, p.209), ou seja, ela “se manifesta em sociedade, portanto, no que tange à literatura, por exemplo, seria melhor se fosse percebida, abordada e apresentada como uma metáfora” (DUTRA, 2014, p.209), a fim de potencializar o “status de estética” (DUTRA, 2014, p.209) numa perspectiva crítica do ponto de vista literário e do contexto imperial brasileiro.

### Referências

- ASSIS, Machado de. **Melhores crônicas**. Seleção de Salete Almeida Cara. São Paulo: Global, 2003.
- ASSIS, Machado de. “Desencantos”. In: \_\_\_\_\_. FARIA, J. R. (Org.). **Teatro de Machado de Assis**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. São Paulo: Scipione. 1994a.
- ASSIS, Machado de. “Teoria do medalhão”. In: \_\_\_\_\_. **Obra completa**. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b.
- BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860”. In: CARVALHO, J. M.; PEREIRA, L. M. B. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 295-324.
- BOSI, Alfredo. “A escravidão entre os dois liberalismos”. In: \_\_\_\_\_. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. p. 194-245.
- BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política: e outros estudos**. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.
- CARLETTE, Maria Cristina. Notas. In: ASSIS, Machado de. **Quincas Borba**. São Paulo: Scipione, 1994. passim.
- CARVALHO, José Murilo de. “Radicalismo e republicanismo”. In: \_\_\_\_\_. **Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 21-48.
- DUTRA, Paulo Roberto de Souza. *Quincas Borba, humanitas e a loucura de Dom Quixote*. *Contexto*, Vitória n. 25, p. 208-230, 2014/1.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. “A cultura política da conciliação: debates historiográficos sobre o Brasil do oitocentos”. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST: CULTURAS POLÍTICAS E CONFLITOS SOCIAIS. 2017, Vitória. **Anais eletrônicos do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/UFESUPEM/issue/view/800/showToc>>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Os partidos políticos no Império”. In: \_\_\_\_\_. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 23-45.
- GLEDSON, John. Quincas Borba. In: \_\_\_\_\_. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 58-113.
- HOUAISS, Antonio. **Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa**. [s.d.]. disponível em:< <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1952.
- PERINI, Ruy. **Não consulte médico: a loucura na obra de Machado de Assis**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social dos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p. 11-31.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 599-667.